

## Muito além da geografia: o espaço cognitivo de Amiano Marcelino

JULIANA BASTOS MARQUES  
UNIRIO  
Brasil

RESUMO. Este trabalho apresenta, em primeiro lugar, considerações sobre o uso das teorias da geografia cognitiva, como o conceito de “mapas mentais”, no estudo do espaço no mundo antigo, em especial no caso de Amiano Marcelino. Uma leitura crítica do uso que os especialistas em cartografia antiga fazem dessas teorias e conceitos pode levar à superação de alguns problemas de inadequação conceitual. Faz-se em seguida uma leitura específica de Amiano Marcelino como fonte para essas questões. Por fim, discute-se uma possibilidade de leitura ampliada do espaço cognitivo em Amiano para além de suas digressões estritamente geográficas. O espaço é lido em seu texto também como delimitado pela função, ênfase e premência de outros elementos da narrativa, como, por exemplo, o papel dos imperadores, em uma dicotomia de centro e periferia que transcende o aspecto puramente geográfico.

PALAVRAS-CHAVE. Amiano Marcelino; geografia; espaço cognitivo; mapa mental.

O estudo do espaço, tal como conceituado pela disciplina da Geografia, tem sido objeto de atenção de um número crescente de estudiosos do mundo antigo nas últimas duas décadas. Essa tendência segue o repensar desde os anos 60 desse conceito, onde notamos a ampliação de uma ideia de espaço que seria objetiva e mensurável para uma multiplicidade de ideias<sup>1</sup>, através da abordagem interdisciplinar relacionada à psicologia cognitiva: surge assim a noção de que o espaço também pode ser pensado enquanto construção subjetiva, individual e abstrata<sup>2</sup>. Embora encontremos referências constantes a essa abordagem nos estudos recentes sobre o espaço na Antiguidade, as questões definidoras do debate teórico levantado pelos es-

Email: domusaurea@gmail.com

Professora adjunta da Escola de História, UNIRIO, Rio de Janeiro, RJ.

<sup>1</sup> Cf. COUCLELIS, Helen; GALE, Nathan. *Space and Spaces*. Geografiska Annaler. Series B, Human Geography 68.1, 1986, p. 1.

<sup>2</sup> Um dos trabalhos pioneiros dessa abordagem é WRIGHT, John K. *Terrae Incognitae: The Place of Imagination in Geography*. Annals of the Association of American Geographers 37, 1-15, 1947.

tudiosos da geografia e da psicologia cognitivas nem sempre são utilizadas naqueles de forma direta; em geral, as referências são muito genéricas e não nos permitem vislumbrar exatamente como se faz uma conexão entre esses modelos teóricos e o mundo antigo. Nesse sentido, o primeiro objetivo deste estudo é antes analisar como isso ocorre e, depois, investigar: (1) se isso chega a revelar um problema teórico-metodológico dos estudos sobre o espaço no mundo antigo, ou (2) se estes apresentam, de forma consciente ou não, uma nova e viável leitura do conceito de espaço cognitivo além das delimitações propostas pela Geografia. A proposta de ler Amiano Marcelino através destes conceitos se prefigura, portanto, como um exemplo que acreditamos ser bastante promissor, para colocar em prática tais conceitos.

É fato que as pesquisas recentes sobre o espaço no mundo antigo têm estado mais ligadas às possibilidades de representação concreta do mundo através dos mapas, sendo muitas vezes até mesmo um ramo da História da Cartografia<sup>3</sup> do que da História Antiga. Da mesma forma, a ênfase também se dá na análise das fontes epigráficas remanescentes, como o *Itinerarium Antonini*, a *Tabula Peutingeriana* e o recentemente descoberto “papiro de Artemidoro”, um possível *itinerarium pictum*<sup>4</sup>. Também encontramos análises e leituras críticas das fontes literárias técnico-científicas antigas, os tratados geográficos como os de Eratóstenes e de Ptolomeu<sup>5</sup>. No caso de Amiano Marcelino, bem como de outros autores antigos, ainda é premente a questão da precisão descritiva *versus* a influência da tradição etnográfica em suas digressões geográficas<sup>6</sup>.

A percepção moderna do mundo revelada através dos mapas é reconhecidamente distinta da antiga, até por conta das inúmeras restrições

<sup>3</sup> Cf. HARLEY, J.B.; WOODWARD, D. (orgs.) *The History of Cartography, Volume 1 – Cartography in Prehistoric, Ancient, and Medieval Europe and the Mediterranean*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987. O organizador e autor de boa parte da seção dedicada à cartografia antiga é O.A.W. Dilke, sobre quem trataremos a seguir.

<sup>4</sup> Uma bibliografia sobre o papiro pode ser encontrada em: < <http://www.artemidorus.de/bibliography.htm> >. O termo *itinerarium pictum* se refere à menção pouco precisa de Vegécio sobre itinerários “pintados”, e não anotados, que seriam utilizados por comandantes militares romanos nas províncias (VEGÉCIO 3.6): *itineraria provinciarum, in quibus necessitas gerebatur, non tantum adnotata sed etiam picta*.

<sup>5</sup> A coletânea de artigos em ADAMS, Colin; LAURENCE, Ray, *Travel & Geography in the Roman Empire* (London and New York, Routledge, 2001), é um bom ponto de referência desses estudos, bem como os textos de Richard Talbert.

<sup>6</sup> Cf. SUNDWALL, G. A. “*Ammianus Geographicus*”. *American Journal of Philology* 117.4, 619-43, 1996; DRIJVERS, Jan W. *Ammianus Marcellinus on the Geography of the Pontus Euxinus*. *Histos* 2, 1998. <http://www.dur.ac.uk/Classics/histos/1998/drijvers.html>. (Acesso em 07/07/2009).

tecnológicas que não permitiam a elaboração de um quadro preciso, até ao menos o advento da bússola no mundo ocidental<sup>7</sup>. Porém, não há consenso entre os estudiosos sobre quais elementos da representação cartográfica tal como entendemos hoje existiam no mundo antigo, e no mundo romano em particular. O próprio uso prático de mapas gráficos no dia-a-dia na Antiguidade não é mais visto como algo óbvio, já que na verdade não existem indícios sólidos de sua existência<sup>8</sup>; nesse sentido, a maioria dos estudos mais recentes está em franco embate com a posição defendida por autores anteriores, entendendo como anacrônica<sup>9</sup> a interpretação que assume o uso de mapas tal como nós o fazemos<sup>10</sup>.

Mas, ainda assim, duas correntes mostram visões opostas. Por um lado, ecoando os estudos mais tradicionais, autores como Claude Nicolet<sup>11</sup> e Oswald Dilke<sup>12</sup> sustentam que existe uma certa similaridade entre os nossos mapas e os mapas produzidos na Antiguidade<sup>13</sup>, com sua utilização em viagens e como auxílio estratégico em campanhas militares. Essa similaridade se daria tanto em termos de concepção de uma representação gráfica e espacial, a partir de um ponto de referência hipotético localizado no céu e projetando uma visão para baixo<sup>14</sup>, quanto em relação ao seu uso: teriam sido produzidos mapas de uso oficial e particular, com usos diversos relacionados a demonstrações de poder, movimentações militares estra-

<sup>7</sup> O que nos leva a deduzir, e de fato assim ocorre, que a China é onde encontramos mapas altamente precisos, feitos desde o século III a.C. (Cf. TALBERT, Richard. *Review: O.A.W. Dilke. Greek and Roman Maps*. Journal of Roman Studies 77, 210-12, 1987; BRODERSEN, Kai. *Mapping (In) the Ancient World*. Journal of Roman Studies 94, 183-190, 2004.

<sup>8</sup> “...non esiste una sola testimonianza sicura di uso pratico delle carte geografiche: non c'è un solo autore antico che mostri sicuramente la carta nelle mani di un comandante militare, di un navigatore o di un viaggiatore... tutte le testimonianze di uso pratico di documenti geografici si riferiscono a itinerari o peripli” (JANNI, Pietro. *La mappa e il periplo: Cartografia antica e spazio odologico*. Roma: Università di Macerata, Pubblicazioni della Facoltà di Lettere e Filosofia, 1984, pp.24-25). Assim como muitos estudiosos, Janni considera a passagem de Vegécio como imprecisa demais para caracterizar o uso de um mapa gráfico.

<sup>9</sup> JANNI, *La mappa e il periplo...*, p. 33.

<sup>10</sup> SHERK, R. K. *Roman geographical exploration and military maps*. Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt II.1, 534-56, 1974.

<sup>11</sup> NICOLET, Claude. *L'inventaire du monde : géographie et politique aux origines de l'Empire romain*. Paris: Fayard, 1988.

<sup>12</sup> DILKE, O. A. W. *Greek and Roman Maps*. Baltimore and London, The Johns Hopkins University Press, 1998.

<sup>13</sup> Para uma análise bibliográfica e crítica dessa abordagem, ver BRODERSEN, Kai. Terra Cognita: *Studien zur römischen Raumerfassung*. Georg Olms Verlag, 1995, cap. 1.1, “Unspoken Assumptions”.

<sup>14</sup> As primeiras projeções cartográficas seriam as de Marino e Ptolomeu, no século II d.C. (DILKE, *Greek and Roman Maps*, p. 72-86).

tégicas e deslocamentos comerciais e pessoais<sup>15</sup>. O melhor exemplo deles teria sido o mapa-múndi criado por Agripa, construído para apreciação pública no pórtico de Vipsânia, em Roma<sup>16</sup>. Para Nicolet e Whittaker, mapas como o de Agripa seriam uma condição necessária e fundamental para a administração do império, e por isso teriam se tornado estrategicamente necessários a partir da reorganização política e militar de Augusto<sup>17</sup>. No entanto, esta nos parece uma interpretação evolucionista bastante deficiente para explicar o uso de representações cartográficas no mundo romano. Ela não resolve o problema da carência de fontes epigráficas e a imprecisão da nomenclatura nas fontes escritas, presumindo também que a representação do espaço tenha passado por uma evolução da descrição de itinerários até a forma gráfica, surgida por necessidades administrativas<sup>18</sup>. Dilke propõe até mesmo a existência de um cargo especializado na confecção de mapas gráficos, o *comes formarum*<sup>19</sup>, mas tem sido criticado com base na interpretação filológica de Mommsen, feita no século XIX, que traduz o termo como a divisão de suprimento de água de Roma<sup>20</sup>.

A segunda corrente é representada pelos estudos de Richard Talbert<sup>21</sup>, Kai Brodersen<sup>22</sup> e, de forma pioneira, Pietro Janni<sup>23</sup>, e afirma que o mundo

<sup>15</sup> Sundwall (“*Ammianus Geographicus*”, p. 619), porém, destaca a flagrante contradição da premissa de Dilke, por conta do pouco número das nebulosas representações cartográficas romanas remanescentes: “The most striking feature to emerge from O.A.W. Dilke’s survey of ancient cartography is the almost total lack of map consciousness”. Cf. TALBERT (1987: 211): “the comprehensiveness of D.’s survey strengthens the impression that the majority of Greeks and Romans had only the most limited use for maps. D. himself draws no such conclusion...”.

<sup>16</sup> Cf. NICOLET, Claude. *L’inventaire du monde...*, cap. 5; DILKE, O. A. W. *Greek and Roman Maps...*, pp. 41-53; WHITTAKER, C. R. *Rome and its Frontiers: the Dynamics of the Empire*. London, Routledge, 2004, p. 66. As únicas fontes que citam diretamente o mapa são PLÍNIO, o VELHO, *História Natural*, III, 16-17 e DION CASSIO, 54.29.4 e 55.8.9.

<sup>17</sup> Cf. TALBERT, Richard. Review: *L’inventaire du monde: Géographie et politique aux origines de l’Empire romain by Claude Nicolet*. The American Historical Review 94.5, 1351, 1989.

<sup>18</sup> Cf. NICOLET, Claude. *L’inventaire du monde...*, Introdução.

<sup>19</sup> “... though we know nothing of its activities”, p. 167.

<sup>20</sup> BRODERSEN, Kai. Geographical knowledge in the Roman World. In: ADAMS, Colin; LAURENCE, Ray. *Travel & Geography in the Roman Empire*. London and New York, Routledge, 2001, p. 9 e 20n8.

<sup>21</sup> TALBERT, R.; BRODERSEN, K. *Space in the Roman World, its Perception and Presentation*. LIT, Munster, 2004.

<sup>22</sup> BRODERSEN, Kai. *Terra Cognita: Studien zur römischen Raumerfassung*. Georg Olms Verlag, 1995.

<sup>23</sup> JANNI, Pietro. *La mappa e il periplo: Cartografia antica e spazio odologico*. Roma: Università di Macerata, Pubblicazioni della Facoltà di Lettere e Filosofia, 1984.

romano não tinha qualquer “consciência cartográfica” tal como a entendemos hoje. O mapa de Agripa seria, para esses autores, uma representação deliberadamente pouco detalhada e feita com o propósito explícito de propaganda, retratando artística e simbolicamente a grandeza do império romano. Eles procuram mostrar que sua reconstituição, na verdade, é quase que completamente conjectural, pois é baseada em evidências textuais indiretas e inconclusivas<sup>24</sup>. Para essa corrente, dada a escassez de recursos técnicos para medições precisas e para a produção e circulação de cópias fidedignas<sup>25</sup>, a representação do espaço no mundo antigo ocorreria normalmente no plano da descrição. Assim, supõe-se aqui que não haveria entre os antigos uma necessidade imperiosa de representação gráfica para suprir a necessidade de conhecimento e apropriação do espaço. Os estudos científicos, como o tratado de Ptolomeu, parecem ter sido abstratos, sem uma associação direta com qualquer uso aplicado cotidianamente<sup>26</sup>, e a geografia também não era reconhecida como campo autônomo de conhecimento, mas sim como um instrumento para se compreender melhor os textos literários<sup>27</sup>. Dada a grande mobilidade de pessoas e bens dentro do império<sup>28</sup>, a própria vivência funcional e empírica das viagens (de negócios, pessoais, religiosas ou até mesmo de turismo) acabaria se constituindo como o *corpus* do conhecimento do espaço físico no império<sup>29</sup>. No entanto (e veremos isso no caso de Amiano Marcelino), para os autores antigos a representação descritiva desse conhecimento deveria ser mediada antes de tudo pela tradição etnográfica literária, mais do que pelo conhecimento empírico individual do autor<sup>30</sup>.

Em geral, os autores que tratam da percepção geográfica antiga em termos mais teóricos, como Kai Brodersen<sup>31</sup> e Richard Talbert<sup>32</sup>, fazem

<sup>24</sup> A polêmica em torno da questão é exemplificada pelos argumentos de Brodersen (*Geographical knowledge...*, p. 20, n. 9) contra Salway (SALWAY, Benet. ‘Travel, *itineraria* and *tabellaria*’. In: ADAMS, Colin.; LAURENCE, Ray. *Travel & Geography in the Roman Empire*. London and New York, Routledge, pp. 22-66, 2001, pp. 28-29).

<sup>25</sup> TALBERT, Richard. *Review: The History of Cartography by J. B. Harley; David Woodward*. *The American Historical Review* 94.2, 407-8, 1989.

<sup>26</sup> Cf. TALBERT, R.; BRODERSEN, K. *Space in the Roman World...*, 2004.

<sup>27</sup> Cf. LEE, A. D. *Information and Frontiers: Roman Foreign Relations in Late Antiquity*. Cambridge, Cambridge University Press, 1993, p. 83.

<sup>28</sup> Ver o modelo de PURCELL e HORDEN (2000), em contraste com a ideia de Finley em *A Economia Antiga*, originalmente publicada em 1973, de cidades isoladas umas das outras.

<sup>29</sup> Cf. CASSON, Lionel. *Travel in the Ancient World*. Baltimore and London, The Johns Hopkins University Press, 1974.

<sup>30</sup> Cf. DRIJVERS, *Ammianus Marcellinus on the Geography...*, 1998.

<sup>31</sup> BRODERSEN, *Terra Cognita...*, cap. 2, seção 2.2: “Nichtkartographische Raumerfassung”, pp. 44-68.

<sup>32</sup> Sobre DOWNS; STEA e GOULD; WHITE: “Even though their concern happens to be ex-

menções mais precisas às discussões teóricas dos geógrafos, ainda que sem explorar essas questões a fundo. De fato, é comum nessa segunda corrente o uso do conceito de “mapa mental” para explicar a maneira como os antigos percebiam e representavam o mundo físico ao seu redor<sup>33</sup>. Todavia, alguns estudos mais aplicados, dentre eles os dedicados a Amiano Marcelino, por vezes apresentam os conceitos propostos pela geografia cognitiva sem usar claramente suas definições de fundo. Por exemplo, Sundwall define que os mapas mentais seriam “a concepção geográfica ou o plano formulado na mente de um indivíduo a partir de direções e descrições faladas ou escritas, ou a partir da experiência”<sup>34</sup>. Da mesma forma, observa Drijvers:

os antigos faziam uso do que se denomina “mapas mentais”, formulados em suas mentes a partir de descrições escritas, informações orais ou de sua própria experiência e observação. Em sua concepção mental de geografia, não havia necessidade de distâncias absolutas e localizações precisas; uma ideia relativa de lugares, rios, distâncias etc. era a princípio suficiente.<sup>35</sup>

Estas são, a rigor, caracterizações algo vagas, o suficiente para abarcar qualquer tipo de representação cartográfica que não exigisse instrumentos de medição tecnicamente mais precisos. Assim, em última instância, se não haviam mapas precisos desenhados no mundo antigo, então qualquer “mapa” antigo seria uma experiência mental, individual e cognitiva. No entanto, para os autores que definiram os conceitos teóricos no campo da geografia cognitiva e, em especial, o termo “mapa mental”, existem outras variáveis e funções cruciais em jogo, que não parecem ter sido plenamente consideradas entre esses estudiosos do espaço antigo.

clusively contemporary, the attempt to apply some of their approaches to the Greek and Roman worlds ought not only to be illuminating, but also to assist in opening up a new dimension in the study of ancient society and thought”, TALBERT (1987), p. 212.

<sup>33</sup> Cf. WHITTAKER, *Rome and its Frontiers...*, cap. 4, por sinal denominado “Mental Maps and Frontiers”.

<sup>34</sup> SUNDWALL, “*Ammianus Geographicus*”, p. 632: “...‘mental maps’ play a great role, by which is meant the geographical conception or plan formulated in one’s mind from spoken or written directions and descriptions, or from experience.” Cf. DRIJVERS, *Ammianus Marcellinus on the Geography...*, 1998.

<sup>35</sup> “The ancients made use of what are called ‘mental maps’, formulated in their minds from written descriptions, oral information or their own experience and observation. In their mental conception of geography, there was no need for absolute distances and precise locations, a relative idea of places, rivers, distances etc. apparently sufficed”, DRIJVERS, *Ammianus Marcellinus on the Geography...*, 1998.

O termo “mapa mental” surge com a definição do geógrafo Peter Gould em um ensaio publicado em 1973 no livro *Image and Environment: Cognitive Mapping and Spatial Behavior*<sup>36</sup>. No ano seguinte, junto com Rodney White, aparece seu próprio livro, denominado *Mental Maps*<sup>37</sup>. Tanto no ensaio quanto no livro, um “mapa mental” é entendido como o resultado de padrões de interação espacial determinados por percepções subjetivas advindas das necessidades pessoais, ou seja, os custos das trocas, de bens, de pessoas, de mensagens. Essas percepções subjetivas, sendo boas e desejáveis ou ruins e indesejáveis, determinam ideias de distâncias relativas, qualitativamente diferentes das distâncias reais. Diferentemente da percepção, a cognição do espaço, em termos mais amplos, passa por aspectos mais abstratos relacionados à psicologia e ao desenvolvimento da percepção do indivíduo (daí o grande uso das teorias de Werner e Piaget nessa área). Segundo Downs e Stea, autores do livro que acabamos de mencionar, se a percepção está relacionada ao uso dos sentidos para apreender um objeto (o espaço), ela deve ser imediata, enquanto que a cognição é um conjunto acumulado de percepções, sem precisar se relacionar diretamente com o ambiente imediato<sup>38</sup>. Assim, a cognição relaciona espaço com um intervalo de tempo, envolvendo principalmente a presença da memória, do registro do passado<sup>39</sup>. O resultado é um espaço distorcido, pois não coincide com a realidade concreta, mas também único, porque construído pela experiência individual.

No entanto, as pesquisas empíricas sobre percepção e cognição geográfica acabaram por revelar uma compreensão bastante ampla do significado de mapas mentais<sup>40</sup>, desde o recorte da preferência residencial analisada por Gould e White até orientações topográficas comparadas entre diferentes regiões e países e mesmo testes de percepção espacial infantil<sup>41</sup>. Depois do ápice dos estudos estatísticos na área, na década de

<sup>36</sup> GOULD, Peter. ‘On Mental Maps’. In: DOWNS, Roger M.; STEA, David. *Image and Environment. Cognitive Mapping and Spatial Behavior*. London, Edward Arnold, 1973.

<sup>37</sup> GOULD, Peter; WHITE, Rodney. *Mental Maps*. Middlesex, Pelican, 1974.

<sup>38</sup> DOWNS, Roger M.; STEA, David. *Image and Environment. Cognitive Mapping and Spatial Behavior*. London, Edward Arnold, 1973, p. 13-4.

<sup>39</sup> “... cognitive space is substantially different because of the presence of memory, or the potential to register what has gone on before; it is also virtually free of the constraints of physical space”, COUCLELIS; GALE, *Space and Spaces...*, p.9.

<sup>40</sup> WOOD, Denis. ‘Lynch Debord. About two psychogeographies’, in *Conflux*, New York, 2006, p. 4. Disponível em < [http://go.owu.edu/~jbkrygie/krygier\\_html/geog\\_222/geog\\_222\\_lo/wood\\_lynch\\_debord.pdf](http://go.owu.edu/~jbkrygie/krygier_html/geog_222/geog_222_lo/wood_lynch_debord.pdf) >. (Acesso em 01/08/2009).

<sup>41</sup> Outra corrente de estudos se desenvolveu de forma paralela na França com a *Guide Psychogéographique de Paris* (1956) de Guy Debord, no que se convencionou chamar

1970, vemos hoje uma preocupação maior com a expansão do conceito de espaço cognitivo dos geógrafos<sup>42</sup> para outras áreas, mas essa expansão apresenta também uma gama muito maior de aplicações. No caso de que tratamos, apresenta-se a princípio o seguinte dilema teórico-metodológico: deveriam os estudos sobre o espaço no mundo antigo, e sobre Amiano Marcelino em particular, utilizar os conceitos de espaço cognitivo e de “mapa mental” estritamente como proposto pelos geógrafos, evitando assim um uso impreciso, acrítico e quase incidental dessas propostas que vemos atualmente? Ou é possível se apropriar desses conceitos de maneira mais ampla, transcendendo as restrições metodológicas de pesquisa que restringem a definição de “mapa mental” dentro do campo da geografia?

Parece-nos que a segunda alternativa se mostra mais rica em possibilidades<sup>43</sup>. Porém, acreditamos que seja crucial não perder de vista alguns aspectos levantados pela teoria geográfica. Em primeiro lugar, é importante considerar a precondição que define a elaboração dos “mapas mentais” segundo Gould: a preferência, *desirability*, que define os pontos de partida na elaboração de uma posição pessoal perante o espaço ao seu redor – “onde estou”, “onde quero estar” –, ou seja, a determinação de quais sejam os lugares relevantes o suficiente para serem representados. Este recorte da realidade tem dois momentos, como vimos acima: a percepção, imediata, e a cognição, que acumula e qualifica percepções através do tempo e da memória.

Discutida essa problemática teórica, vamos a Amiano Marcelino. Dentre os historiadores antigos cuja obra chegou até nós, ele é sem dúvida, depois de Heródoto, o mais interessado em longas digressões sobre vários assuntos – etnográficos, geográficos, científicos, religiosos<sup>44</sup> – chegando

de “psicogeografia”. Sua orientação política marxista e sua ênfase no urbanismo se afastam das questões levantadas pela corrente de Gould e Kevin Lynch. Cf. WOOD, *Lynch Debord...*, 2006. A obra de HENRI LEFEBVRE, *La production de l'espace*, de 1974, não se refere a essa linha de estudos.

<sup>42</sup> Ver o prefácio da segunda edição de *Mental Maps*, de 1992: “It is now nearly 15 years since *Mental Maps* was written. In that time significant changes have occurred in the field of geography and in the world. In geography the enthusiasm for the quantitative revolution has quietened and become more subtle and reflective. The rate of innovation, particularly the application of statistics to spatial processes, is more measured and careful... What remains of the ‘revolution’ is a much more careful commitment to definition and relationships, as well as a continuing concern for measurement and prediction, as hallmarks of the scientific method.”

<sup>43</sup> Conforme a opinião de TALBERT, *ver* nota 17.

<sup>44</sup> Existe um complexo debate acerca da delimitação e classificação das digressões de Amiano. Para uma discussão da bibliografia e uma proposta de enumeração, *ver* BARNES, Timothy D. *Ammianus Marcellinus and the Representation of Historical Reality*. Ithaca/London: Cornell University Press, 1998, apêndice 5, pp.222-4.

até a apresentar uma digressão dentro de outra<sup>45</sup>. Amiano usa, em particular, longos parágrafos dedicados a descrições geográficas minuciosas e caracterizações etnográficas de povos de terras distantes (sarracenos, províncias orientais, Gália, Trácia e mar Negro, persas, egípcios, citas, hunos, alanos e até chineses). De fato, essa é uma prática que remonta aos primórdios da historiografia, com Heródoto, e que tinha como objetivos: entreter o leitor<sup>46</sup>, servindo como um intervalo entre as narrativas mais densas sobre imperadores e batalhas; fornecer recursos retóricos que acentuavam o significado e as consequências das ações e caracterizações dos personagens (especialmente os imperadores); e, por fim, demonstrar conhecimento e domínio da tradição sobre os assuntos tratados, seguindo e expandindo as fontes.

Essas digressões geográficas de Amiano, se por um lado são bastante extensas, por outro lado fornecem amplo material para reconstituições e análises bastante objetivas e sistemáticas dos espaços descritos. Esse foi o objetivo de Theodor Mommsen, em um estudo que determinou por muitas décadas uma apreciação crítica bastante negativa de Amiano como geógrafo. Em uma abordagem seguida até hoje por autores como Ramsay MacMullen<sup>47</sup>, Mommsen rechaçava a habilidade de Amiano em descrever corretamente os lugares que afirmava ter conhecido ele mesmo, ou através de descrições fornecidas por terceiros. De fato, desenhar um mapa a partir das descrições de cidades, estradas, rios, montanhas e distâncias fornecidas por Amiano parece mesmo algo impossível, pois muitas vezes suas informações são contraditórias e bastante vagas. No entanto, a análise recente de Sundwall procura reabilitar o conhecimento geográfico de Amiano, ressaltando, em primeiro lugar, a dificuldade de apreender com precisão os espaços no mundo antigo, por conta das dificuldades técnicas e de registro; e, em segundo lugar, o que já mencionamos, a dependência formal requerida do autor para seguir informações fornecidas pela tradição, muitas vezes com séculos de distância, e consideradas mais importantes do que uma descrição tecnicamente precisa que poderia ser oferecida por ele mesmo. De fato, não era o objetivo de Amiano fornecer uma descrição funcional para conhecimento prático do espaço, mas sim

<sup>45</sup> É o caso da passagem sobre a natureza e a origem das pérolas (23.6.85-88), que se segue à digressão etnográfica sobre a Pérsia e fecha o livro 23.

<sup>46</sup> Sobre Heródoto, ver F. HARTOG, *O espelho de Heródoto*, Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999 e P. VASUNIA, *The Gift of the Nile: Hellenizing Egypt from Aeschylus to Alexander*. Berkeley: University of California Press, 2001. Cf. A.H. MERRILLS, *History and geography in late antiquity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, pp. 18-19.

<sup>47</sup> Cf. SUNDWALL, “*Ammianus Geographicus*”, p. 622, n. 15.

fornecer um quadro variado de informações para entreter o leitor – dessa forma, a precisão não seria necessária, nem sequer desejável.

Falar de espaço cognitivo na narrativa historiográfica do mundo romano é necessariamente pensar na dicotomia dos espaços entre centro e periferia, as fronteiras do império. Em última instância, é esse o produto evidente do que podemos entender como resultado da cognição do espaço em Amiano Marcelino. As descrições que ele fornece das províncias e de outros lugares distantes e fronteiriços do império forma um importante contraste com sua caracterização da cidade de Roma. Esta, em um primeiro momento, foi construída através de um “mapa mental” de Amiano a partir de sua visão como elite provincial, vindo de Antioquia. Seu desejo era assimilar ao máximo os valores tradicionais que definiam o cidadão da *urbs* e do império, ainda que muitos desses valores apareçam como quase utópicos na realidade que descreve (decadente e pervertida, como observa Erich Auerbach<sup>48</sup>). Ao que parece, Amiano escreveu sua história já maduro e vivendo em Roma, para onde parece ter seguido anos após se desligar do exército. Isso significa que sua descrição da cidade é um amálgama entre esse “mapa mental” e sua experiência real, o que torna clara a dicotomia sempre presente entre a grandeza e a magnificência ideais da Cidade Eterna e seu desapontamento perante os romanos em tantas ocasiões durante o texto.

Mas a história de Amiano gira fundamentalmente em torno dos indivíduos, e não do espaço. A narrativa é concentrada em torno da ação dos personagens, que se sobrepõem e se sucedem: os imperadores em primeiro lugar, mas também oficiais, senadores, usurpadores, eunucos, traidores, inimigos estrangeiros, bispos e até ele próprio. Os livros estão estruturalmente dispostos em torno das ações dos imperadores no Ocidente e no Oriente, em uma dicotomia espacial bastante clara. Assim, mais do que a cidade de Roma, irrelevante em termos políticos e centro mais simbólico do que real do império, o verdadeiro centro em Amiano são os próprios imperadores. Afinal de contas, seu texto é história e não geografia, etnografia; sobretudo, é uma história bastante próxima da biografia, tendência que caracteriza a historiografia latina após Tácito.

Portanto, se o centro em Amiano é pessoal, então isso significa que seu espaço cognitivo não pode ser entendido apenas como geográfico, como espaço físico, da maneira como têm lido os estudiosos sobre o tema. Essa constatação se torna um ponto de partida para entender o conceito

<sup>48</sup> Cf. AUERBACH, Erich. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: EDUSP/Perspectiva, 1971.

de “espaço cognitivo” de uma forma mais ampla, através da ação dos indivíduos, que dá forma ao espaço construído na narrativa. Um exemplo disso que podemos apontar aqui é a caracterização da campanha de Juliano na Pérsia, nos livros 23 a 25, cuja riqueza de detalhes descritivos se deve à presença do próprio autor no ambiente que descreve. Em muitas instâncias, inclusive na volta do exército romano derrotado, o tom é de imprecisão geográfica, de falta de domínio das alternativas estratégicas corretas na imensidão da Mesopotâmia pouco conhecida, limítrofe. A fuga desordenada (assim como a fuga do cerco de Amida, no livro 19) revela um aspecto muito importante da percepção do espaço no mundo romano, bastante evidente no relato do historiador: os caminhos conhecidos, seguros e dominados pelos romanos são as estradas, as linhas que ligam as cidades, centros de civilização. Quando o exército está fora da estrada, em território desconhecido e dependendo de guias locais, ele está vulnerável: fora da estrada fica o deserto, tanto em termos literais quanto metafóricos. O espaço urbano contrasta com o desconhecido das áreas vazias, lugar do perigo (e do pecado no mundo cristão), dos bandidos e fugitivos, dos bárbaros – *vide* a caracterização do espaço na Gália quando das campanhas de Juliano contra os gauleses rebelados. A cognição e ocupação desse espaço é sempre um problema, quando não até uma impossibilidade.

Nesse sentido, a proposta de Pietro Janni sobre o conhecimento geográfico dos romanos parece bastante apropriada: o espaço seria unidimensional, no sentido de que é relevante e cognoscível apenas como ligação entre dois pontos, de A a B ou de A a C. A área triangulada entre esses pontos não é um espaço apreensível, ou ao menos relevante: é o itinerário que permite o domínio e a definição do espaço. Isso também está ilustrado pela disposição da *Tabula Peutingeriana*, cujo original parece ter sido produzido na época de Amiano. A *Tabula* é um mapa do mundo conhecido pelos romanos (cuja cópia que temos data do século XII, ou começo do século XIII), com uma disposição incomum: no total, forma um rolo de quase 7 metros por 34 cm de altura, mostrando a Europa e a Ásia com proporções altamente distorcidas. O mapa, no entanto, tem uma função específica: ele mostra os itinerários mais utilizados no império, sinalizando as estradas oficiais, cidades e outros centros urbanos (como portos e estâncias termais), montanhas, rios e as distâncias entre eles. Sua desproporcionalidade, por ser relativa à sua função, nos lembra os mapas esquemáticos das redes de metrô, cujo modelo pioneiro é o do metrô de Londres.

Cabe também considerar o que queremos dizer com “fronteiras identitárias”: elas também são limitadas pela ação do indivíduo sobre o espaço que ele ocupa e conhece. A distinção entre o romano civilizado e

o bárbaro já não é tão evidente na época de Amiano, com muitos bárbaros sendo incorporados rapidamente à sociedade romana e até mesmo às elites administrativas. A ação dos traidores é reveladora, especialmente no caso dos persas: as mudanças entre lados e trocas de fidelidades são constantes, e a integração do traidor na sociedade inimiga a quem ele se alia é algumas vezes quase total. A percepção do espaço pelo romano é muitas vezes compartilhada pelo não-romano, dada a intensa mobilidade das pessoas no império, em especial do exército. A fronteira não é uma barreira fixa e evidente; as estradas apenas o são na medida em que impõem uma ordem conhecida a um espaço desconhecido. Quando não estão lá, ou mesmo quando as barreiras são limites naturais, como rios e montanhas, a fronteira é sempre fluida e marcada pela capacidade ou não de atravessá-la. Nesse sentido, a cognição do espaço marca outras fronteiras: um comandante bárbaro das tropas auxiliares está, assim, mais próximo de Amiano do que um romano da cidade de Roma, pois no primeiro caso ambos compartilham de uma certa cognição, que é determinada pela experiência comum ante o desconhecido.

Para resumir, uma constatação instigante. Vimos nessa breve análise algumas características fundamentais do conceito de espaço cognitivo que podem ser lidas em Amiano Marcelino. O espaço cognitivo tem uma função. Em Amiano, essa função está no fato de que o espaço representado está subordinado à ação pessoal, individual, e também muitas vezes à ação militar. Em segundo lugar, o espaço cognitivo é composto por determinadas ênfases, como através do papel de Roma e da sua relação com as províncias e fronteiras, centro e periferias em termos físicos. E, por fim, pelo que entendemos por “mapa mental”, existem determinadas premências: Roma como cidade ideal, ou Antioquia como centro urbano vibrante, a Gália e a Pérsia como palcos do herói virtuoso. Ora, sendo assim, vemos como o espaço cognitivo caracteriza-se como um recorte deliberado da realidade. Podemos qualificá-lo como distorcido, mas devemos considerar que sempre apresenta uma determinada função, ênfase e premências. E não é o mesmo que ocorre com a escrita da história?

TITLE. *Beyond geography: the cognitive space of Ammianus Marcellinus.*

ABSTRACT. This paper first presents some considerations on the use of theories of cognitive geography, particularly of the concept of “mental map”, and their use on the study of space in the Ancient world and in Ammianus Marcellinus. A critical review of how specialists in Ancient Cartography use these theories and concepts should help avoiding and overcoming some problems of conceptual inadequacy. This follows a reading of Ammianus as a specific source for these problems. Lastly, we present an expanded reading of cognitive space in the historian beyond his strictly geographical digressions. Space is understood in his text also as delimited by its function, emphasis and desirability on other elements in the narrative, such as the role of the emperors, in a dichotomy between center and periphery that transcends the purely geographical aspect.

KEYWORDS. Ammianus Marcellinus; geography; cognitive space; mental map.